

*Memórias alagadas:  
a Amazônia Oriental e os  
projetos hidrelétricos,  
o caso da UHE de Estreito (MA/TO)<sup>1</sup>*

Cícero Pereira da Silva Júnior<sup>2</sup>

Pere Petit<sup>3</sup>

**RESUMO**

Este trabalho tem por intuito examinar as tensões presentes nas memórias dos ribeirinhos atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito ó MA/TO. Os atores sociais ouvidos são ex-moradores de uma localidade totalmente inundada pela barragem, conhecida como Ilha de São José. Atualmente, as famílias que moravam nesta ilha encontram-se distribuídas em reassentamentos localizados no estado do Tocantins. Todos os depoimentos são de moradores do reassentamento ãMirindibaõ, situado a 20 km da cidade de Araguaína-TO. Como arcabouço metodológico lançamos mão da História Oral, tomando como pressuposto que a memória é uma ação individual ancorada em categorias socialmente construídas, posto que por mais que a experiência dos fatos seja individual e subjetiva, sempre se dá numa quadratura socialmente localizada.

**Palavras-chave:** Hidrelétrica de Estreito; Memória; Impactos Sociais; História Regional.

**ABSTRACT**

This study is meant to examine the present tensions in the memories of riparian affected by hydroelectric plant Strait - MA / TO. Ears social actors are former residents of a fully flooded by the dam location, known as Island of St. Joseph. Today, families living on this island are distributed in settlements located in the state of Tocantins. All testimonials are resettlement of residents "Mirindiba", situated 20 km from the city of Araguaína-TO. As a methodological framework we used the Oral History, taking for granted that the memory is individual action anchored in socially constructed categories, since as much as the experience of facts is individual and subjective, always takes place in a socially located quadrature.

**Keywords:** Hydroelectric of Estreito; Memory; Social Impacts; Regional History.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 10 de setembro de 2014 e aprovado em 19 de novembro de 2014.

<sup>2</sup> Formado em Filosofia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA), em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia na Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>3</sup> Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor Universidad de Salamanca (Espanha), vice-coordenador Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

## ADENTRANDO NO PROBLEMA

A hidroeletricidade, fundamentalmente o modelo da Grande Hidrelétrica, articulada a outros mega projetos executados pelo regime autoritário, implantado pelo golpe militar-civil de 1964 (PETIT&CUÉLLAR, 2012), desde meados da década de 1970 do século XX, tem despontado, no Brasil, como modelo hegemônico para a geração e distribuição de energia. Esta preocupação redobrada do governo brasileiro com a geração de energia elétrica foi precipitada pela articulação de diversos fatores relativos tanto à conjuntura mundial quanto ao cenário que se formava no país, dentre os quais podemos destacar a crise energética mundial ocasionada pela alta do petróleo entre 1973 e 1979 (HOBSBAWM, 1995; VISENTINI, 2010). Esta crise acabou por acelerar os debates em torno da mudança nos rumos da política econômica mundial, apontando o esgotamento do modelo de "Estado de Bem-estar social", posto em operação entre os anos 1950 e 1960 e o tipo de "capitalismo assistencialista" executado por seus defensores como estopim da crise; o crescimento, mesmo desordenado, do parque industrial brasileiro que em 1977 consumia 57 kW de cada 100kWh produzido<sup>4</sup> (BRASIL, 1977), assim como, o aumento do consumo de energia elétrica por parte da população brasileira<sup>5</sup>, especialmente pelo acelerado crescimento demográfico dos núcleos urbanos. Atualmente, 90% da geração de energia do Brasil é proveniente do potencial hidrelétrico de seus rios (ANEEL, 2002), ficando atrás somente da Noruega, cujo setor hidroelétrico é responsável por quase 100% do fornecimento de energia elétrica para aquele país (ROSA, 2011).

Pela sua posição geográfica, riquezas florestais e minerais e potencialidades econômicas, a incorporação da região amazônica aos projetos de desenvolvimento nacional foi e continua sendo considerada estratégica pelos diferentes governos federais desde a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) sua<sup>6</sup>. A Amazônia Oriental<sup>7</sup>, ponto de contato da Amazônia Legal<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> Os outros 43kwh estavam distribuídos entre a iluminação pública (12), as residências (19) e o comércio e outros serviços (12) (BRASIL, 1977, p. 17).

<sup>5</sup> A distribuição do consumo era bastante desequilibrada, mormente no que concerne à região amazônica que em 1977 consumia apenas 1,6% da energia produzida, índice irrelevante se comparado ao do sudeste que no mesmo ano fora responsável por 71,7%.

<sup>6</sup> Os Grandes Projetos configuraram-se, desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek até a instauração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) no governo Geisel, em 1974, como um conjunto de intervenções de grande porte realizadas ou induzidas pelo governo federal com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico das regiões contempladas e de sua área de influência.

<sup>7</sup> A Amazônia Oriental corresponde ao sudeste e leste do Estado do Pará, o Estado do Tocantins e o Oeste do Estado do Maranhão. Seus 895.265 km<sup>2</sup> de extensão representam o 10,6% do território nacional.

com as regiões Nordeste e Centro-Oeste, existe um enorme potencial florestal, mineral, agropecuário, pesqueiro e energético (BECKER, 1990; KOWARICK, 1995). Os denominados grandes projetos transformaram a paisagem o modo de vida das populações que residem nas áreas de influência desses empreendimentos e o que foram afetados pela construção e funcionamento das usinas hidrelétricas. Mudanças sociais, culturais, econômicas e territoriais, pois, além de submergirem parte não desprezível do território nacional habitado, acabam por deslocar compulsoriamente populações inteiras de seu espaço socialmente construído. Os moradores não foram obrigados apenas a abandonar suas moradias, mas também a abdicar de toda uma rede de relações que fora organizada durante anos.

Essas grandes construções, como todo empreendimento de grande porte, geram impactos imediatos a médio e longo prazo no meio ambiente e nas sociedades tradicionais, ultrapassando os limites de sua abrangência. No que se refere aos discursos para justificar esses efeitos, no caso das construções das hidrelétricas, predomina o de levar o desenvolvimento às regiões antes atrasadas (PARENTE, 2007, p. 102).



Fonte: [www.gentequeeduca.org](http://www.gentequeeduca.org). Acesso: 25/11/2014.

<sup>8</sup> A Amazônia Legal é constituída pela Amazônia Oriental, Amazônia Meridional (que compreende os estados do Mato Grosso e Rondônia) e a Amazônia Ocidental (estados do Amazonas, Acre, Roraima e os territórios do sul e oeste do Pará) (BECKER, 1982, p. 76; 1990 pp. 56; 98-107).

No relatório da Comissão Mundial de Barragens do ano 2000, ao questionar a equação custo-benefício que envolve a construção de hidrelétricas, se afirmava que os prejuízos, principalmente relacionados ao meio ambiente e as populações que habitam o entorno dos rios, são muito maiores do que os benefícios. Tanto é assim que um debate mundial passou a ser fomentado para discutir não somente a viabilidade econômica de se construir uma hidrelétrica, mas essencialmente seus custos ambientais e humanos (sociais, culturais, etc.). Destarte, também faz menção a estes impactos afirmando que as barragens fragmentaram e transformaram os rios do mundo, enquanto que estimativas globais sugerem que entre 40 e 80 milhões foram deslocadas pelas barragens (CMB, 2000, p. 07).

As famílias que residiam na Ilha de São José, situada no braço esquerdo do rio Tocantins entre Babaçulândia, no Estado do Tocantins, e Estreito, no Maranhão, sofreram o impacto da construção na sua área da Usina Hidrelétrica de Estreito. A reordenação territorial pela qual passaram estas famílias incorreu de forma bastante problemática, porque a maioria dos habitantes da Ilha tinha no Rio a fonte principal da produção de sua existência e na terra circundada por ele o complemento de sua sobrevivência por meio da agricultura de subsistência, ambiente que os reassentamentos e as políticas de realocação induzidas pela empresa responsável pela construção da hidrelétrica de Estreito não reproduziram. Ademais, o debate suscitado acerca dos reflexos danosos da obra, mormente para as populações que moravam à beira do rio Tocantins ou dele tiravam seu sustento, foi subsumido ou minimizado por uma retórica desenvolvimentista que prioriza o progresso econômico e o coloca como condição necessária para o desenvolvimento social.

#### A UHE DE ESTREITO EM QUESTÃO

A Usina Hidrelétrica de Estreito situa-se entre o município de Estreito no Maranhão (margem direita) e as cidades tocantinas de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (margem esquerda). Localizado ao norte do Tocantins e no Sudoeste do Maranhão, o barramento, situado às margens da BR6010, no sentido Estreito-Carolina, dista 752 km da capital maranhense, São Luís, 130 km de Imperatriz/MA e 513 Km de Palmas, capital do Tocantins. As localidades diretamente impactadas são Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no estado do Tocantins e, do lado do maranhense os municípios de Estreito e Carolin.

Excluindo a calha do rio, o reservatório possui uma área de 400 km<sup>2</sup> com extensão de 290 km ao longo do rio e 400 km<sup>2</sup> de terrenos efetivamente inundados. A obra dividiu-se em três etapas que corresponderam à instalação do canteiro de obras, o processo de concretagem da casa de força e do vertedouro e, a edificação da barragem destinada a conter o rio e a ligar as duas estruturas mencionadas anteriormente, cuja dimensão abrange de 60 metros de altura por 480 metros de extensão. Possuindo oito unidades geradoras com capacidade para 135, 87 MW cada, destinadas a proporcionar potência de 1.087 MW é previsto que a usina gere aproximadamente 584,9 MW médios.

Conforme estimativas fornecidas pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE)<sup>9</sup>, empresa responsável pelas obras, após o processo que envolveu o estudo de viabilidade da região e escolha do local sobre o qual se ergueria a usina, realizado em 2001 e o arremate do leilão realizado pela ANEEL, em julho de 2002, que dava concessão para a implantação do projeto, as obras foram iniciadas em fevereiro de 2007 e o funcionamento da primeira turbina, previsto para setembro de 2010, só aconteceu em abril de 2011, sendo inaugurada oficialmente em outubro de 2012.

Nas próximas páginas concentramo-nos em examinar os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais da hidrelétrica de Estreito sobre e a partir das narrativas dos moradores de uma localidade que se situava entre os municípios de Estreito (Maranhão) e Babaçulândia (Tocantins), chamada de Ilha de São José, e que atualmente jaz sob as águas do rio Tocantins por conta do barramento da hidrelétrica já citada. Na Ilha de São José residiam 74 famílias que foram transferidas para quadro reassentamentos localizados no Estado do Tocantins<sup>10</sup>. As famílias cujas memórias nos foram confiadas residem num reassentamento chamado ãMirindibaõ que dista 20 km da cidade de Araguaína (Tocantins).

---

<sup>9</sup> O consórcio é composto pela GDF Suez-Tractebel Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Intercement (4,44%).

<sup>10</sup> No reassentamento ãMirindibaõ se instalaram 19 famílias. Vinte e seis famílias ficaram no reassentamento do ãBaichãõ a 18km de Babaçulândia. Doze famílias estabeleceram moradia a 15 km de Babaçulândia, no reassentamento ãBela Vistaõ, antiga fazenda Itapuã. Onze famílias estabeleceram-se no ãSanto Estevamõ, situado a quase 10 quilômetros de Babaçulândia.



Fonte: [www.uheestreiro.com.br](http://www.uheestreiro.com.br). Acesso 19/09/2013.  
 A Ilha de São José é representada pelo ponto verde no centro do rio, entre Babaculândia - TO e Estreito ó MA.

## MEMÓRIAS, DISCURSOS, CONFRONTOS...

A memória oral ajuda-nos a entender como as ressonâncias dos impactos ocasionados pela barragem de estreito atravessam a vida dos moradores da comunidade antes ribeirinha, atualmente rural que foi alvo desta pesquisa, porque os depoimentos dos agricultores, pescadores, vaqueiros e donas de casa puseram diante da clareira da história a maneira como vivenciaram e abstraíram os desdobramentos dessas construções de uma perspectiva oblíqua à lógica ancorada no discurso do desenvolvimento econômico como meta hegemônica. Dessa forma, com o intuito de costurar os fatos à experiência dos fatos e dar ao emaranhado de subjetividades que se

nos apresentaram durante as entrevistas, achamos pertinente eleger a História Oral como principal ferramenta teórico-metodológico. Metodológico porque o caminho decidido para conduzir as conversas foi o da Entrevista Temática, entendida como um recorte na história de vida do indivíduo a partir de um acontecimento específico. É claro que a opção pelo caminho da entrevista temática não dispensou a trajetória de vida do entrevistado: esta ficou em um plano secundário, complementar, pois, no mais das vezes, para entendermos a percepção que o entrevistado possui do fenômeno é fundamental que entendamos de que maneira a sua história estabelece ressonâncias com ele. Ora Thompson corrobora esta assertiva ao lembrar-nos que, “[...] a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo” (THOMPSON, 1996, p. 302). Em outras palavras, a experiência social não se dissocia da vida individual, por isso, haverá sempre fragmentos da experiência individual do narrador, quando ele nos relata um fato. Teórico pelo fato de abstrairmos a memória como um ato individual calcado em categorias socialmente apreendidas. Ora, se em última instância é o indivíduo que escolhe não somente o que deseja recordar, mas também a forma como repassará esta recordação, ele o faz no interior de uma sociedade e, portanto imbuído das relações sociais e de poder que acabam incidindo sensivelmente em sua forma de ver o mundo e também de repensar o passado. Assim, a representação sobre o que seja uma memória é, portanto, inextricável de seu uso social e a *mnemotecnia* ou as artes de memória constituem uma preciosa via de acesso à interpretação das culturas (DUARTE, 1983, p. 28).

Dessa forma, tomando como premissa que uma vez que a experiência de vida das pessoas de todo tipo possa ser utilizada como matéria-prima, a história ganha nova dimensão (THOMPSON, 1992, p. 25) e que os discursos emitidos nas narrativas articulam-se como formas de ação dos indivíduos na sociedade (PETIT, 2003, p. 251) e que só podem ser entendidos se examinados a partir da conjuntura na qual foram enunciados, defendemos que a relação entre memória e discurso é fundamental para quem escolhe atores sociais diretamente envolvidos no fenômeno estudado como fonte histórica principal. Posto que seus discursos, por vezes conflitantes, formam-se no interior do fenômeno e não de fora e, nesse sentido, são elaborados para sustentar suas visões de mundo e imbuir suas ações de positividade lógica. Partindo deste pressuposto, podemos confrontar dois depoimentos bastante distintos e que demonstram o terreno discursivo conflituoso criado em torno da construção da hidrelétrica de Estreito. O primeiro traduz o esforço do Gerente de Meio do CESTE em apresentar a UHE de

Estreito como um projeto não apenas viável economicamente, mas realizável do ponto de vista ambiental e social. Em seguida, confrontaremos este enunciado, com outra linha argumentativa, a de Dona Francelina, ex-moradora da Ilha de São José e que teve que deixar sua casa por ocasião do enchimento do reservatório e, conseqüentemente, da total submersão da Ilha. Atentemo-nos, então para o discurso do representante do Consórcio Estreito Energia:

Não é sonho de ninguém construir hidrelétrica [...] a gente tem que achar uma forma de crescimento [...] tentar fazer o desenvolvimento de forma mais limpa [...] então se a gente tá pensando no país, que a economia cresça, que o PIB cresça, que tenha uma melhor distribuição de renda, que aumente a renda do país, precisa de energia. E uma fonte de energia que o Brasil tem como mais barata é a hidrelétrica, hidrelétrica, que é uma energia renovável né? [sic]<sup>11</sup>.

O discurso do gerente de Meio Ambiente do CESTE utiliza uma tática muito comum em empresas que precisam justificar suas intervenções nas regiões impactadas e os resultados pouco favoráveis às populações dessas regiões, qual seja: a de que os interesses da nação, do país estão acima dos interesses ou direitos das pessoas que compõem este território: òse a gente tá pensando no país...ö. Ademais, ele utiliza no início de sua enunciação um artifício retórico para eximir a empresa da responsabilidade e mascarar os interesses econômicos do grupo, pondo-se no papel de simples *canal* ou instrumento para a realização dos anseios do país: òNão é sonho de ninguém construir hidrelétrica [...], então se a gente tá pensando no país...ö.

As palavras òpaísö e òBrasilö possuem na conjuntura do discurso um peso agregador, pois interpelam o interlocutor através de uma proposta de identificação. Dessa maneira, o escalonamento entre um discurso técnico vertido a uma suposta vivência concreta, pretende criar uma linguagem que se insinua como solidária aos dois mundos (o do CESTE e o dos ribeirinhos). Por isso o uso de òeconomia cresçaö, o òPIB cresçaö, seguido imediatamente para a locução que vai inserir a suposta solidariedade para como o atingido: òdistribuição de rendaö.

Outrossim, além de produzir um efeito de aproximação entre os objetivos do país e a vida dos atingidos, a utilização da superposição dessas categorias gerais dá ao discurso do gerente do CESTE um molde de irrefutabilidade, posto que ele não está ali para expor os òinteresses da empresaö, mas os òinteresses do paísö. É como se nas

---

<sup>11</sup> Gerente de Meio Ambiente do CESTE, 2007.

entrelinhas de seu discurso ele nos interpelasse com a seguinte inquirição: "que tipo de brasileiro seria capaz de insurgir-se contra o progresso do próprio país?". Dessa maneira o discurso é "blindado" contra qualquer possível tentativa de refutação. Em outras palavras, "esse mecanismo de antecipação incorpora as objeções do outro, antes que ele as formule para, desse modo, desqualificá-las e fazer com que o outro se cale." (LAGAZZI, 1988, p.65).

Outro fator interessante é que no momento em que o interlocutor nos diz que "Não é sonho de ninguém construir hidrelétrica" ele procura isentar-se de toda e qualquer responsabilidade diante dos transtornos sofridos pelas populações na área de impacto da hidrelétrica ou intencionalidade em relação aos retornos financeiros do empreendimento para o consórcio; o efeito de poder de sua construção discursiva nos induz a imaginar que o CESTE é praticamente obrigado por circunstâncias muito maiores e nobres a realizar a obra. Ora, isso "não é sonho de ninguém..."

A continuação da frase reforça o caráter urgente, quase inexorável da construção da hidrelétrica, que não seria um projeto de vida, mas uma necessidade *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Então, ele arremata a argumentação fazendo menção a duas categorias que se encontram na ordem do dia: desenvolvimento e meio ambiente. O discurso do gerente de Meio Ambiente do CESTE utiliza palavras como "crescimento", "desenvolvimento de forma mais limpa" e "energia renovável" para minimizar os prejuízos ambientais e sociais ocasionados por construções desta monta e utiliza novamente a "língua de madeira" ao lançar mão de um estilo retórico vazio em termos explicativos, mas bastante eficaz quando não se tem informações sólidas sobre o assunto, ou quando se quer fugir de uma "sinuca intelectual", qual seja: utiliza categorizações gerais para explicar uma situação local enfatizando que os impactos ocasionados pela construção da hidrelétrica (como a saída compulsória das famílias de localidades nas quais alguns viveram por cinquenta anos, a mortalidade de peixes no lago, o alagamento de áreas enormes, o inchaço populacional das cidades atingidas, a dificuldade dos atingidos de reconstruírem suas vidas em locais com condições diferentes e mais difíceis do que as antigas moradias, o represamento do rio, e assim por diante) são irrelevantes se comparados os lucros e benefícios em termos nacionais como "o crescimento da economia de do PIB" que "tenha uma melhor distribuição de renda, que aumente a renda do país".

O caráter autoritário do discurso se manifesta no artifício utilizado pelo entrevistado de esconder-se atrás do que ele deu a entender que seriam as necessidades

do país, vejamos as locuções utilizadas: **õa gente tem** que achar uma forma de crescimento, **õse a gente tá** pensando no país. Na última frase a utilização da partícula condicional **õseõ** não é aleatória porque força a uma conclusão: a construção da hidrelétrica. Ademais, esse **õa genteõ** cria um efeito duplo: inclui todos no empreendimento e inquire aquele que ouve o discurso a aderir forçosamente a ele, porque o **õa genteõ** pode ser entendido como **õvocêsõ**: **õse** vocês estão pensando no país (porque nós já estamos fazendo isso).

Para terminar, o discurso do representante do Consórcio Estreito Energia reproduz a linha diretiva do discurso que entende que o progresso e o desenvolvimento só podem ser alcançados a partir do crescimento econômico e do constante aquecimento do mercado, as outras esferas como o desenvolvimento humano e social seriam apenas o resultado da equação. Por isso o constante uso da condicional e do imperativo. Ao termino deste trecho da entrevista ele utiliza a partícula **õnéõ** para fechar seu argumento. Este **õnéõ** possui o efeito de convite e interpelação: convida o ouvinte a aderir ao ideário exposto na argumentação da anuência ao tom interrogativo com que ela termina. Todavia, age também com uma intimidação porque induz o ouvinte a sentir-se obrigado a tomar como irrefutáveis as informações expostas acima e que por isso, deve concordar com o exposto.

Diametralmente oposta à posição acima analisada é a perspectiva que podemos vislumbrar no depoimento de Dona França, moradora antiga da Ilha de São José, acerca das perspectivas de desenvolvimento e as mudanças de melhoria de vida que os representantes da barragem fizeram circular na localidade, antes mesmo do início das obras de construção da hidrelétrica. Ela nos diz o seguinte: **õQue diabo de progresso, né? [...] Progresso o quê? Vai vender energia não é? É o progresso deles e eu não estou precisando disso<sup>12</sup>.**

O que emerge no depoimento de dona Francelina que ao ser indagada sobre o que achava do suposto desenvolvimento que a barragem traria para a região é a sensação de progresso excludente que atinge as populações ribeirinhas impactadas pelas barragens. Essas populações só experimentam a face perversa do progresso, suas ressonâncias mais nefastas. É preciso, assim, **õacordar os mortos e juntar os fragmentosõ** (BENJAMIN, 1994, p. 226). O discurso que agora analisamos utiliza expressões carregadas de estranhamento e exclusão. A maneira como ela entende o progresso, que

<sup>12</sup> Francelina Coelho de Sousa (Dona França), entrevista realizada no dia 21 de abril de 2008.

não diz respeito a ela: ãé o progresso delesö. O discurso do gerente de meio ambiente do CESTE é eivado de locuções que procuram agregar, instigar um sentimento de partilha e participação nos caminhos do país ó por isso o uso constante de õa genteö; as palavras de dona França, pelo contrário, demarcam muito bem a separação entre õelesö, o CESTE, e ela, a ribeirinha. No discurso de dona França o Progresso é algo tão exógeno que ela declara não precisar dele o que nos mostra que este progresso não é uma categoria universal ou um processo pelo qual todos forçosamente precisam passar, mas é tão somente uma imposição que alcança hegemonia por conta das necessidades das classes dominantes que, por intermédio de vários mecanismos tornam o seu discurso verdadeiro, relegando à marginalidade as outras vozes. Dona França também desconstrói a ideia de que a construção da barragem seria um bom negócio para todos, ao mencionar que o progresso õdelesö está ligado a uma variante financeira que não lhe interessa porque não se sente participante e nem convidada a tomar parte neste processo como beneficiária, mas somente sair do caminho do progresso, õo progresso delesö. A palavra õdelesö indica distanciamento, estranheza, a não partilha dos ideais do outro. O consórcio é entendido como uma alteridade incontornável, que não se importa em entender a perspectiva daqueles que estão do õlado alagadoö do processo.

Consideramos que o õconfrontoö entre os dois depoimentos-discursos nos ajudam a interpretar que os sujeitos ao falarem, acabam mostrando seus lugares sociais de enunciação (DE CERTEAU, 2011), posto que, apesar de manterem sua relação com o mundo por intermédio da linguagem, os sujeitos falantes não possuem o controle total dos sentidos que manuseiam. Em outros termos: õo sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem neleö (ORLANDI, 1999, p. 32). Dito de outra forma, nosso lugar social perpassa nosso discurso à nossa revelia.

## O ONTEM, O HOJE E O AGORA: DES-TERRITORIALIZAÇÃO E RE-TERRITORIALIZAÇÃO.

A Hidrelétrica de Estreito acarretou impactos antes mesmo do início de sua construção. Com o aumento da presença de representantes do Consórcio Estreito Energia no território da Ilha de São José e as negociações e conflitos com a empresa, além das dissensões entre os próprios moradores da Ilha, pois nem todos se opunham à construção da barragem, pelo contrário; muitos receberam a notícia com certa euforia porque vislumbravam uma compensação econômica favorável. As opiniões tomaram o

rumo contrário no momento em que os moradores se sentiram lesados pelos representantes do empreendimento. Isto pode ser vislumbrado no depoimento concedido em 2009 por Maria da Ilha, moradora estreitamente envolvida no processo de negociação e resistência à barragem de Estreito:

Foram poucas pessoas que no início não eram a favor da barragem. A maioria era a favor da barragem devido à dominação, como é que se diz, da ilusão. O grupo que sempre debatia com a barragem era menos. Agente não tinha muita força. Além de ter a empresa [...] tinha os políticos<sup>13</sup>.

A narrativa acima nos permite vislumbrar que a simples inserção de notícias acerca do empreendimento ocasionou uma série de mudanças no cotidiano daquela comunidade. Maria da Ilha tendo por base o embate real de interesses que se aglutinaram em torno da possibilidade de construção da barragem, tanto por parte das famílias que seriam impactadas, quanto das elites econômicas e políticas da região, deixa clara sua ciência da força advinda da relação entre *dominação* e *ilusão*, o jogo de sombras utilizado pela propaganda e pelas propostas de indenização. Nesta fala podemos vislumbrar a força alienatória da possibilidade de melhoria de vida rápida e fácil. O depoimento também pontua fatores importantes na dinâmica dos grupos que se mobilizaram em torno do empreendimento. Mostra-nos que havia forte pressão política relacionada ao projeto da barragem, posto que as elites locais procuraram apropriar-se de sua implementação e propaganda desenvolvimentista. Das empresas da cidade que tinham o desejo de oferecer seus serviços ao consórcio responsável pela construção e dos moradores da ilha que receberam com otimismo as propostas dos representantes do CESTE porquanto envolviam promessas de emprego e outras compensações e ajudas econômicas.

Essas transformações foram mais violentas para os mais velhos, pois a eminente possibilidade de um êxodo compulsório que implicava em rearticular laços de convívio e reconstruir relações é uma atividade mais árdua para o idoso. Os laços afetivos que se desenvolvem na cidade são voláteis, não se firmam ou concretizam-se tão rápido quanto se desmancham, porque é a utilidade que os possibilita. Quando acaba a utilidade, a amizade também termina, porque esta é puro consumo. Como escrevera Zygmunt Bauman:

---

<sup>13</sup> Maria dos Anjos Nunes da Silva (Maria da Ilha). Entrevista feita em 17 de maio de 2009.

Nada deveria ser abraçado com força por um consumidor, nada deveria exigir um compromisso até que a morte nos separe [...]. O que realmente conta é a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto de desejo (BAUMAN, 1999, p. 87).

O ritmo da cidade prescindia da senescência relegando-a à inutilidade. Assim, quando a ilha submergir, é provável que os projetos dos velhos afoguem-se junto com ela. Ora, durante a velhice deveríamos estar ainda engajados em causas que nos transcendem, que não envelhecem, e que dão significado a nossos gestos cotidianos (BOSI, 2004, p. 80). Outrossim, é fundamental ressaltarmos que todas essas variáveis não podem ser entendidas separadamente, porque implicam-se de forma dialética. Portanto, essa transição do sertão para a cidade implica numa mudança de vida num aprender a viver de novo. Outro ex-morador da Ilha de São José, Raimundo Vicente, expressa de forma metafórica as dificuldades que emanam da inexorabilidade da mudança:

O povo tem um dizer que é uma certeza: que o animal que é da cela, com os ferros todos macios, no dia que bota a cangalha nele, ele acha ruim, ele não quer aceitar, pois é como a gente que mora no interior. A gente acostumado na vida do sertão, a gente é dificilmente se acostumar na cidade, com a vida da cidade. A vida na cidade é outra bem diferente [...] mas no caso de não dar certo o que a gente pensa, o quê que há de fazer? Tem que ir pra lá mesmo.<sup>14</sup>

Raimundo Vicente, por intermédio da metáfora do animal sem cangalha ilustra, para além do que significa a vida na cidade para o habitante do campo, a tensão e incerteza decorrentes do inevitável deslocamento. Ora, reaprender a viver significa reconstruir a vida num outro lugar, num mundo diverso, com valores e relações igualmente distintas das vividas até então. Ademais, as duas metáforas utilizadas por Raimundo Vicente, tanto a do animal que muda da cela para a cangalha quanto a do reaprender a viver, portanto, re-nascer, traduzem processos traumáticos, mudanças violentas, em que os mais implicados são forçados a adaptarem-se às novas circunstâncias, sejam elas favoráveis ou não.

Os impactos com os quais os ex-moradores da Ilha de São José estão lidando atualmente referem-se às dificuldades de adaptação às novas moradias, ao terreno dos reassentamentos e à ausência de água corrente. Os reassentamentos não reproduzem o modo de vida que se levava antes na ilha. Nos dois primeiros anos no reassentamento

<sup>14</sup> Raimundo Vicente, 68 anos. Entrevista gravada no dia 20 de abril de 2008.

õMirindibaõ os realocados encontraram diversas dificuldades para o plantio, posto que a terra era pouco apta para a agricultura, sendo que o Consórcio Estreito Energia (CESTE) teve que providenciar assistência técnica para preparar o solo para o plantio. É o que nos relata a memória oral de seu Leonardo, esposo de Maria da Ilha:

Aqui eu cheguei [...] tinha só o raio do capim, isso aqui era capim de sumir com a gente dentro [...] tocamos um foguinho aqui, depois outro foguinho por ali assim e fomos queimando devagarzinho [...], mas aqui na enxada, você vai fazer uma lavoura grande.... não dá conta não: é preciso ter dinheiro. É preciso aprender a mexer com veneno, eu não gosto de trabalhar com veneno não, mas esse outro pessoal aí só trabalha com veneno<sup>15</sup>.

Este depoimento nos mostra que os moradores precisaram re-colonizar o lugar e reaprender a plantar, porquanto as técnicas empregadas na ilha, cuja adubação da terra dependia somente do rio, não puderam ser utilizadas de todo no solo do reassentamento, que necessitava de intervenção química. O reaprender a viver já começa no manejo da lavoura. Outros depoimentos confirmam isso, por exemplo, Raquel, filha de Maria da Ilha e Seu Leonardo: õquando a gente chegou a terra não produzia (agora tá até começando, né?). A gente plantava as coisas e não prestava. Aí o pessoal foi falando: õEh nós vamos embora daqui!õ, porque aqui não prestaõ<sup>16</sup>. Seu Raimundo Vicente também relata isso:

Quando chegamos aqui, no dia 4 de agosto, [...] no primeiro ano de serviço essa terra não deu nada, só abóbora, não prestou pra nada. Ai acontece que, aqui o modo de trabalhar não é o nosso lá não, aqui é diferente: [...] tem que mecanizar a terra, tem que adubar e isto aconteceu.<sup>17</sup>

Ambas as narrativas possuem como ponto de convergência a ênfase nas complicações apresentadas pela estrutura do terreno e que, além de tornarem mais custoso o cultivo e o manejo das lavouras forçaram os moradores a lançarem mão de outras formas de cultivo, porquanto o elemento mais importante na sua dinâmica produtiva anterior, o rio, não está presente. Outrossim, a relação dos ribeirinhos com esses dois elementos ó o rio e a terra ó articulava-se para além da perspectiva de um simples meio de sobrevivência. É a partir desta ótica que Sonia Barbosa Magalhães tece o seguinte argumento:

<sup>15</sup> Seu Leonardo. Entrevista concedida em 06 de novembro de 2013.

<sup>16</sup> Raquel Alves Nunes da Silva, 28 anos. Entrevista realizada em 06 de novembro de 2013.

<sup>17</sup> Raimundo Vicente. Entrevista concedida em 16 de agosto de 2013.

[...] se pode pensar que a um nível geral, esta inundação de grandes parcelas do território nacional traz, por consequência, um reordenamento espacial que incide sobre o uso e apropriação do solo, sobre as potencialidades de desenvolvimento da economia extrativa ó mineral e vegetal -, a nível específico têm-se como consequência, para os camponeses a redefinição de todo o modo de vida associado ao padrão mesmo de uso e de apropriação do território (MAGALHÃES, 1994, p. 448).

Em lugar das águas caudalosas e copiosas do Tocantins, existe um riacho sazonal que passa por trás de algumas casas e que só enche entre os meses de dezembro e abril. Alguns moradores de outros reassentamentos reclamam da qualidade da água. Dessa forma, para resolver este problema, foram instalados em todas as propriedades poços artesianos e carros-pipas circulam diariamente os reassentamentos a fim de fornecer água para o gado e para a lavoura.

Outro problema é que o CESTE não entregou os reassentamentos completamente finalizados. Os moradores relatam que falta um centro comunitário e um posto de saúde para atender às famílias. As casas novas são de alvenaria. Consistem em três quartos pequenos, uma sala, cozinha, banheiro e uma pequena área de serviço. Todas, ao contrário das moradas da ilha, possuem energia e água encanada. O que agradou aos mais jovens, mas não convenceu os mais velhos das vantagens do reassentamento em relação à ilha. Esta conjuntura nos indica que as negociações e conflitos não terminaram com a realocação das famílias, posto que estas continuam cobrando a assistência do Consórcio Estreito Energia para resolver problemas relativos às condições dos reassentamentos.

Passados cinco anos da realização da entrevista acima, oito anos das primeiras incursões dos representantes do CESTE à ilha de São José e três anos e meio do remanejamento dos moradores, já no reassentamento negociado com o CESTE, podemos vislumbrar dois depoimentos interessantes. O primeiro é de Maria da Ilha e o segundo de seu cunhado, Seu Júlio. Ambos nos contam como foi desenhado o ambiente anterior ao empreendimento e as dissensões que ocorreram entre os próprios moradores em torno da construção da hidrelétrica e da possibilidade de alagamento da Ilha de São José. Vejamos o que relata Maria da Ilha:

Teve gente que pensou que nunca mais ia ficar pobre na vida. Foi uma festa. Todo mundo já tinha suas coisas para vender, porque ia ter uma melhora de vida, ia arranjar um emprego, então: ãeu vou vender minhas terras, porque eu vou indenizar, vou receber uma indenização,

vou comprar um carro, vou comprar uma bicicleta, comprar uma fazenda.<sup>18</sup>

Isto é o que nos diz seu Júlio:

No início, quando começaram a falar da barragem isso lá, pra todos lá era um sonho. Quando esse pessoal mesmo do projeto começou a circular de casa em casa - que eles têm um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer [...] muitos começaram a xingar o pessoal, dia de reunião queriam mesmo, como se diz, tipo partir na bruta, zangado, muito zangado. Bom imagina, quando se falava em projeto de igualdade tinha gente que ficava por aqui, queria se fosse possível, pegar o do outro, não podia dar aquilo pro outro, porque... aquele que não tinha, no caso, o desejo dele era que nunca tivesse [...], mas não! Uns como se diz, sem conhecimento, sem muito entendimento: ãah, mas como é que eu tenho e o fulano não tem, como é que ele vai ter o mesmo que eu tenho? Não!õ aí era onde tinha as divergências e eles ficavam às vezes, com raiva do pessoal da empresa<sup>19</sup>.

As narrativas acima nos apresentam uma característica importante subjacente tanto aos depoimentos referentes à Ilha, quanto às narrativas acerca do processo que culminou no êxodo dos moradores para os reassentamentos, qual seja, aquilo que podemos chamar de ãmemória divididaö (PORTELLI, 2006)<sup>20</sup>, isto é, memórias que se constroem de forma antagônica, justamente por que aqueles que recordam fizeram experiências diferentes e também perceberam distintamente o mesmo cotidiano. E também nos ajudam a vislumbrar alguns rastros que destoam o individual do coletivo, mesmo que esta distinção seja abstrativa.

As duas narrativas nos informam que a forma de abordagem dos empregados do CESTE causou um clima de confusão e euforia entre os moradores: õfoi uma festaö. Se por um lado, alguns vislumbraram nos discursos dos representantes da empresa uma promessa de mudança de vida a partir das indenizações, outros, por outro lado, não receberam a notícia com tanta efusão. De qualquer forma, não obstante suas diferenças, ambos os depoimentos mostram que os impactos dos empreendimentos hidrelétricos, isto é, as intervenções drásticas no sentido de mudar o modo de vida das

<sup>18</sup> Maria da Ilha. Depoimento gravado em 16 de agosto de 2013.

<sup>19</sup> Julho Alves da Silva. Entrevista realizada aos 10 de fevereiro de 2014, no reassentamento Mirindiba.

<sup>20</sup> O termo emergiu das pesquisas de Giovanni Contini sobre um massacre executado por soldados alemães em 1944, numa cidade montanhosa da Toscana, chamada Civitella Val Di Chiana, em represália a ações da resistência italiana à ocupação nazista. Alessandro Portelli retoma este termo explicando que este massacre acabou gerando duas memórias contraditórias, uma nacionalista que louvava os atos de coragem dos membros da resistência e outra pautada no luto das famílias dos homens fuzilados e que culpava os membros da resistência pelo massacre. Cf. PORTELLI, 2006.

comunidades atingidas começam bem antes do início da construção, mas iniciam-se com o anúncio da obra (SIGAUD, 1988).

O discurso de Maria da Ilha possui estrutura mais dicotômica, tanto que procura enfatizar os efeitos ideológicos da propaganda do CESTE, no sentido mesmo de escamotear os efeitos danosos do empreendimento por meio de uma retórica de moldes messiânicos que prometia indenizações, possibilidades de compra de casas na cidade, empregos na construção da hidrelétrica para os mais novos e coisas do gênero. Os moradores passariam a tomar consciência das reais proporções e implicações da construção da barragem em suas vidas após outras incursões dos representantes do CESTE na comunidade.

O depoimento de seu Júlio nos apresenta elementos que esmaecem um pouco a imagem dicotômica que nos foi apresentada por Maria da Ilha. Nosso interlocutor aponta que os conflitos iniciaram tão logo começaram as visitas do CESTE. Ademais, o que chama a atenção é que as dissensões desdobraram-se tanto entre os moradores e a empresa, quanto entre os moradores entre si, justamente por conta das indenizações. Em seu depoimento, seu Júlio deixa transparecer que o problema não era a barragem e o realocamento, mas as condições em que o último seria feito, assim como os valores que os proprietários receberiam por suas casas e lavouras. Isto desloca a discussão para outro terreno. Qual seja o de que ambos falam de solos discursivos distintos, seus lugares de enunciação não coincidem: Maria da Ilha mais que ser contra a barragem, era militante do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e fazia campanha aberta contra o empreendimento na ilha e articulava manifestações em Estreito. Isto já nos aponta o engajamento político e ideológico desta moradora, denotando assim, que sua argumentação insere-se numa linha diretiva muito bem demarcada, qual seja, a de um movimento social específico cuja pauta de discussão é organizar os atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos. Seu Júlio, por seu turno nutria uma forte vontade de deixar a ilha, pois para ele era um entrave à sua prosperidade por conta dos prejuízos causados pelas cheias periódicas do rio Tocantins.

Este confronto de memórias ajuda-nos a compreender as relações de poder que tendem a produzir efeitos de verdade quando os indivíduos escolhem o enredo de suas histórias e deixam rastros de intencionalidades. Nesta perspectiva a oralidade dos narradores torna-se significativa, porquanto através das particulares concatenações de suas narrativas “[...] cada narrador dá sua interpretação da realidade e situa-se nela

juntamente com os outros (PARENTE, 2005, p. 300). Essa interpretação vem sempre marcada pelos interesses, valores e engajamento político dos narradores.

Existem outros rastros que se alojam por entre as vielas da narrativa de Seu Júlio. O primeiro deles é que, diferentemente do depoimento de Maria da Ilha, Seu Júlio faz questão de mencionar o esforço do CESTE em entrar em contato de forma sistemática com os moradores e promover reuniões para discutir a situação e que a truculência partiu dos ribeirinhos que queriam partir na bruta e não dos funcionários da empresa. O outro ponto repousa na seguinte sutileza: Se Maria da Ilha defende que os funcionários da empresa enganaram os moradores com promessas; Seu Júlio argumenta que a desinteligência partiu dos moradores que não compreenderam ou não queriam compreender as propostas dos representantes do consórcio. A riqueza deste depoimento reside no fato de que ele deixa uma brecha que nos permite enxergar pegadas que traem nosso interlocutor, por exemplo, ao falar que a empresa têm um processo de botar as pessoas para visitarem de casa em casa, né. Falando sobre tudo, sobre a barragem e tal, o projeto que ia acontecer, deixa escapar que não havia propostas por parte da empresa, mas apresentação de ações mitigatórias, pois as reuniões não visavam discutir a barragem, pois esta já era um fato que não dependia dos ribeirinhos, mas de ações na justiça. As reuniões com os moradores tinham apenas o intuito de corroborar o caráter inexpugnável da construção, sobretudo conscientizar os moradores de que a barragem ia acontecer e que eles precisavam organizar-se e prepararem-se para deixar o lugar em breve.

Se o depoimento de Maria da Ilha possui tessitura mais linear, a narrativa de Seu Júlio é mais esquiza, pois, ao mesmo tempo em que afirma o caráter positivo das ações da empresa, deixa à mostra as atitudes discricionárias de seus representantes. Esta característica não compromete em nada seu depoimento, pelo contrário; torna-o mais verossímil, visto que, não interessam aqui os fatos puros ou a possibilidade epistemologicamente impossível ou mas a sua virtualidade, ou seja, a forma como ele é construído e reconstruído pelos narradores apoiados por suas memórias. Em outras palavras, o depoimento interessa-se muito mais pela representação do que pela realidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cruzamento dos depoimentos permite-nos perceber de maneira mais diáfana a complexidade e heterogeneidade do processo de des-territorialização e re-territorialização implicados no re-alocamento dos atingidos pela hidrelétrica de Estreito. Mesmo dentre aqueles diretamente impactados as narrativas emanaram de lugares de poder diferentes, pois entre os moradores da Ilha de São José, havia militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como Maria da Ilha, pequenos agricultores, agregados que não possuíam um título formal de propriedade e criadores de gado um pouco mais abastados. Portanto, não constitui nenhuma surpresa que elas produzam discursos que apresentem singularidades entre si, que podem, inclusive, beirar o conflito. Dessa forma, em seus discursos identificamos uma espécie de memória dividida. Entretanto uns foram favoráveis ao remanejamento entendendo-o como algo bom, outros guardavam certo ressentimento em relação à forma como o processo se desdobrou. Ambas as acepções são válidas, posto que o escopo das análises não era o de provar a veracidade ou não das reminiscências, mas a condição de possibilidade delas, isto é, a tecnologia de sua formação.

Nesse sentido, o ato de narrar articula-se como uma apreensão hermenêutica do tempo, posto que o indivíduo, seja relatando um testemunho ou contando sua história, não apenas interpreta seu passado, mas constrói um enredo, encadeia os eventos, reconfigura sua sequência. Ademais, é nessa fratura do real que se desencadeia um jogo entre a duração enquanto já acontecido e o sucedendo-se, pois quando o indivíduo pronuncia *õno meu tempoõ* ou *õnaquele tempoõ* ele distancia-se do presente e toma posse da existência vivida. Ademais, aponta para o fato de que recordar não é um exercício de saudosismo mas uma maneira de dar sentido ao presente, ajudar a construir a própria existência na história. A ilha tornou-se um lugar de memória no sentido de que os moradores acabaram construindo memoriais da ilha nos reassentamentos, como malocas nos quintais, plantando as mesmas coisas que se planava na ilha, etc. Dessa maneira, por mais dispersas que possam parecer as reminiscências de meus interlocutores, elas apontam para diversos sintomas que se articulam como *õlugares comunsõ* no tocante ao debate sobre as construções hidrelétricas e os prejuízos de ordem econômica, cultural, ambiental e social que estes empreendimentos causam para as populações que moram próximas às obras, mas que nunca foram seriamente repensados ou discutidos.

O primeiro deles, de âmbito local, é que a relação entre o Consórcio Estreito Energia (CESTE) e os moradores impactados deu-se de forma autoritária, de cima para baixo. E esta é uma conjuntura estende-se a todos os empreendimentos hidrelétricos instalados em solo brasileiro. Assim, faz-se mister ouvir a versão dos impactados que muitas vezes é subsumida pela posição favorável dos jornais, pelas pressões políticas e pelo próprio discurso desenvolvimentista das empresas responsáveis pela construção. Ademais, percebe-se que a preocupação do CESTE não foi a de assegurar um lugar em que as condições de vida anteriores dos ribeirinhos fossem minimamente asseguradas, mas apenas retirá-los da Ilha de São José com vistas a cumprir o prazo para o enchimento do lago. Assim, os moradores impactados são tratados, não como indivíduos que precisaram deixar compulsoriamente suas localidades, moradias, laços vicinais e modo de produzir a existência, mas como estatística, como problema a ser resolvido e, posteriormente, abandonado. Por esta forma, o progresso, que se articula no discurso das empresas como essencialmente dependente da geração de energia, possui umas faces perversas: a) para gerar energia para o desenvolvimento é necessário que muitas vidas sejam desequilibradas; b) as populações atingidas não se sentem participantes desse desenvolvimento, pelo contrário, sentem-se excluídas; c) a região amazônica se constitui em uma espécie de òcolônia energética destinada a atender as demandas de energia de todo o país sem qualquer preocupação séria em torno de questões ambientais.

As inúmeras possibilidades éticas e pedagógicas suscitadas que nos fornecem os depoimentos orais por conta do face a face e da oportunidade de ouvir uma versão individual da história, não significa esquecer que a relação entrevistador-entrevistado envolve relações de força e de estratégia nas quais o entrevistado expõe sua visão da história e o entrevistador procura cotejar no discurso de seu interlocutor õbrechasõ ou õfissurasõ e também ideias e práticas coletivas. Esta mesma relação envolve também o encontro, a disponibilidade e a confiança, pois os narradores não foram encontrados em arquivos ou salas empoeiradas, mas nas cozinhas de suas casas, nos quintais, sentados à sombra de mangueiras rodeadas de galinhas e patos, na roça, em meio à plantação de milho, arroz ou mandioca; ou simplesmente conversamos à beira do rio ou durante um jogo de dominó. Conversas realizadas, muitas vezes, ao som dos gritos, choros e risadas que emanavam das brincadeiras dos netos ou filhos dos entrevistados.

## BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Aproveitamento do Potencial Hidráulico para a Geração de Energia*. Brasília, 2005. Disponível em <http://www.ana.gov.br>. Acesso em 07/07/2013

ALMEIDA, Graziela Rodrigues de. *Terras Indígenas e o Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental*. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília: 2007.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *“In-visibilizar” populações e legitimar iniquidades: a apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor elétrico*. In: ZHOURI, Andréa. *As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, pp. 219-238

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BENJAMIN, Walter. *“Magia e técnica, arte e política”*. In: *Obras Escolhidas*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a, pp. 22-253.

\_\_\_\_\_. *“Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo”*. In: *Obras Escolhidas*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b, pp. 09-268.

BERMANN, Célio. *“Contextos e cenários do setor elétrico brasileiro”*. In: MILLIKAN, Brent et al (orgs.). *O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI: Desafios e oportunidades*. Brasília: Rios Internacionais, 2012, pp. 15-22.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. *Energia Elétrica no Brasil: Da primeira lâmpada à ELETROBRÁS*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões*. Disponível em: [http://www.fbms.org.br/old/doc/resumo\\_barragens.pdf](http://www.fbms.org.br/old/doc/resumo_barragens.pdf). Acesso em 08/09/2013.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2011.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. "Grandes Projetos e o crescimento da indústria na Amazônia". In: SILVEIRA, Isolda Maciel da & D'ÁNCIO, Maria Ângela (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 413-426.

DUARTE, Luíz Fernando Dias. "A construção social da memória moderna". *Boletim do Museu Nacional*, nº 41, agosto de 1983, pp. 28-54.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOWARICK, Marcos. *Amazônia/Carajás: Na trilha do saque*. São Paulo: Editora Anita, 1995.

LAGAZZI, Suzi. *O Desafio de dizer Não*. Campinas: Pontes, 1988.

MAGALHÃES, Sonia Barbosa. "As grandes hidrelétricas e as populações camponesas". In: SILVEIRA, Isolda Maciel da & D'ÁNCIO, Maria Ângela (orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, pp. 447-456.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999

PARENTE, Temis Gomes. "Sentimento e ressentimentos de Eva, uma mulher de vida livre". In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes (orgs.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 295-310.

\_\_\_\_\_. "Gênero e memória de mulheres desterritorializadas". *ArtCultura*, v. 9, nº 14, jan/jun. 2007. Uberlândia, pp. 99-111.

PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, jan-jun, pp. 169-189, 2012.

PETIT, Pere. História regional, política, economia e território no estado do Pará. *Páginas de História*, vol. III, nº 1, 1999.

\_\_\_\_\_. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

\_\_\_\_\_. Os governos brasileiros e a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia: 1960-2005. In: ALONSO, José Luís Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.). *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açaí, 2010, pp. 271-283.

PINTO, Lúcio Flávio & KZAM, Áthila Lima. *A Amazônia decifrada*. Belém: Edição dos autores, 2012.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA & Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 103-130.

ROSA, Luiz Pinguelli. Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo/ Rio de Janeiro. Boitempo/FLACSO Brasil, 2013, pp 173-170. .

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: SIGAUD, Lygia & ROSA Luíz Pingelli & MIELLINK, Otávio (coords.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: COPPE; Marco Zero; CNPq, 1988, pp. 83-166.

THOMPSON, E. Paul. *A voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *História mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética*. Brasília: FUNAG, 2010, 352 p.